

PROCESSO - A. I. Nº 232951.0209/14-7
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - FLÁVIA BENJAMIM SAMPAIO IMBASSAHI
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO - Acórdão 2º JJF nº 0057-02/15
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 18/08/2015

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO C.J.F. Nº 0244-12/15

EMENTA: ITD. DOAÇÃO. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Autuado elide a autuação ao comprovar que a exigência foi parcelada antes da ação fiscal, fato reconhecido pela autuante. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício interposto pela 2ª Junta de Julgamento Fiscal que, por unanimidade, julgou Improcedente o Auto de Infração em referência o qual fora lavrado para reclamar crédito tributário no valor de R\$224.299,96, acórdão JJF Nº 0057-02/15, em face da infração: Falta de recolhimento do ITD relativo a doação recebida e declarada no IRPF no ano de 2011 no valor de R\$ 224.299,96.

A 2ª JJF decidiu a lide com fundamento no voto abaixo reproduzido:

VOTO

O Auto de Infração foi lavrado em razão de ter sido imputado ao autuado o cometimento de infração à legislação do Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITD, decorrente de falta de recolhimento do imposto incidente sobre a doação de créditos, relativo ao período de 31 de dezembro de 2011, com base de cálculo de R\$11.214.998,00 e imposto reclamado no valor de R\$224.299,96.

Em sua defesa o autuado aduz que o imposto devido já havia sido parcelado e recolhido antes da autuação.

Na informação fiscal a autuante acata os argumentos e documentos da defesa.

Entendo que o argumento defensivo deve ser acolhido, uma vez que foi acompanhado de provas, as quais, inclusive, foram acolhidas pela fiscalização. Observei que o doador responsável, Sr. Ruy Lemos Sampaio, CPF nº 006488415-53, providenciou o parcelamento do referido débito, conforme Extrato de Parcelamento nº 445314-0, datado de 27/06/2014, fls. 16 e 17 dos autos.

Do exposto, voto pela IMPROCÊDENCIA do Auto de Infração.

Da Decisão acima, a 2ª JJF recorreu, de ofício, para uma das Câmaras de Julgamento Fiscal deste CONSEF, nos termos do art. 169 inciso I, alínea “a”, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 13.537/11, com efeitos a partir de 20/12/11.

VOTO

É objeto deste Recurso de Ofício a Decisão da 2ª JJF que julgou improcedente o Auto de Infração em epígrafe, lavrado por Falta de recolhimento do ITD relativo a doação recebida e declarada no IRPF no ano de 2011 no valor de R\$ 224.299,96

Da análise dos fatos contidos nos autos concluo que o argumento defensivo deve ser acolhido, uma vez que foi acompanhado de documentos comprovam o parcelamento do referido imposto, através do doador responsável, Sr. Ruy Lemos Sampaio, CPF nº 006488415-53, conforme Extrato de Parcelamento nº 445314-0, datado de 27/06/2014, fls. 16 e 17 dos autos, fato este acolhido pelo autuante(fls. 20).

Diante destes fatos, voto pelo **NÃO PROVIMENTO** do Recurso de Ofício, devendo ser mantida a Decisão recorrida.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232951.0209/14-7**, lavrado contra **FLÁVIA BENJAMIM SAMPAIO IMBASSAHY**

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de julho de 2015.

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

MAURÍCIO SOUZA PASSOS – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR - REPR. DA PGE/PROFIS